

Identidades e metamorfoses na denominação dos jogadores de futebol no Brasil

Carlos Piovezani*

Universidade Federal de São Carlos

Resumo: Buscaremos refletir aqui sobre certos aspectos da designação dos jogadores brasileiros de futebol na contemporaneidade e sobre determinadas interpretações desse fenômeno, a partir de contribuições das ciências da linguagem, em geral, e da Análise do discurso francesa, em particular. Com vistas a empreender tal tarefa, compusemos um *corpus* constituído por crônicas, entrevistas e ensaios, no qual vislumbramos inicialmente duas formações discursivas, ou seja, a “brasilianista” e a “colonial”. Após breve consideração dos discursos da imprensa sobre a nomeação desses jogadores, cotejamos esses discursos com algumas razões e funções dos nomes próprios, no intuito de melhor compreendermos eventuais especificidades do fenômeno e sua alegada descaracterização.

Abstract: We aim to reflect about certain aspects of the appointment of Brazilian soccer players and about some interpretations of this phenomenon, from the contributions of the sciences of language in general and of the discourse analysis in particular. In order to undertake such a task, we construct a corpus of stories, interviews and essays, in which initially we remark two discourse formations, i.e., the “brasilianista” and the “colonial”. After a brief account of the media discourses about the appointment of those players, we pretend to contrast this discourses with some reasons and functions of proper names, in order to better understand some specifics of the phenomenon and its alleged mischaracterization.

Introdução

Com efeito, nenhum craque usa o nome por extenso.

Nelson Rodrigues

O nome é uma constante no futebol: nomes dos clubes e dos estádios, “nomes feios” com que se hostilizam juízes, bandeirinhas, jogadores e torcidas adversárias, nomes dos

* Professor do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos

cartolas, dos técnicos e, evidentemente, dos craques e dos pernas-de-pau. Focalizando o fenômeno da denominação em cada uma dessas esferas do futebol, é possível depreender traços, tendências e transformações da história e das sociedades nas quais se pratica o esporte bretão. No que respeita particularmente ao ato de nomear os jogadores, pode-se refletir sobre a heterogeneidade das designações no tempo (de Friedenreich, passando por Heleno de Freitas, Pelé e Garrincha, até Robinho e Tiagos Silva, Neves, Ribeiro etc.) e no espaço (da aparente frieza contida em Schweinsteiger à suposta intimidade pueril expressa em Dentinho...), sobre a presença dos apelidos, dos diminutivos e dos hipocorísticos na denominação dos jogadores brasileiros e sobre a função e sentidos dos apostos, tais como “o príncipe etíope”, “o rei”, “a alegria do povo”, “o galinho de Quintino” “o fenômeno”, entre tantos outros. É justamente sobre algumas identidades e metamorfoses na denominação dos jogadores de futebol no Brasil que este estudo pretende ponderar. Para tanto, comecemos por uma breve reflexão sobre a prática humana de atribuir nomes aos seres de sua espécie.

A denominação é universal em todas as línguas do mundo. Por tratar-se de uma invariante antropológica sob determinações históricas e culturais, os nomes próprios de pessoas parecem sempre ter atraído a atenção dos homens e promovido a emergência de muitos saberes. Por eles interessaram-se a antropologia, a história, a lógica e as ciências da linguagem. No interior destas últimas, entre os gregos, antes da emergência da dialética, da retórica e da gramática, havia já uma constante reflexão sobre os nomes: inicialmente, as especulações teológicas sobre a etimologia dos nomes dos deuses, que se encontram já em Homero e Hesíodo, sobretudo conforme a idéia de uma imposição dos nomes por um onomateta inspirado e, séculos mais tarde, as polêmicas entre a denominação conforme a natureza dos seres e das coisas (*phýsei*) e a denominação arbitrariamente atribuída (*nómoi*), da qual o *Crátilo*, de Platão é o exemplo mais célebre (GAMBARARA, 1989). Predominassem

as propriedades da coisa ou a arbitrariedade dos nomes, o direito de nomear não era estendido a qualquer um; era, antes, o privilégio de um onomaturgo que saberia denominar convenientemente os seres e as coisas. Dar um nome próprio é amiúde e ao mesmo tempo um gesto de saber e poder, a partir do qual talvez a própria linguagem tenha surgido (hipótese esta aventada por pensadores tão distintos quanto Santo Agostinho e Nietzsche).

Desde textos fundadores do pensamento ocidental, a reflexão sobre a linguagem continuou a interessar-se pelos nomes. Pela voz de Julieta, Shakespeare separa o ser de seu nome (cf. cena II de *Romeu e Julieta*), na tentativa de remover um dos obstáculos ao amor ideal. Se com o surgimento da lingüística moderna, no começo do século XX, a partir da publicação do *Curso de lingüística geral*, de Ferdinand de Saussure, as questões sobre a origem motivada ou convencional dos signos foram suspensas, em proveito da arbitrariedade da relação entre significante e significado, a reflexão sobre os nomes e particularmente sobre os nomes próprios não perdeu, contudo, sua pertinência e interesse. Baseado em contribuições da semântica lógica, John Lyons ([1977] 1980) postulou certas especificidades dos nomes próprios: neles as funções referencial e vocativa suplantam a significativa denotativa. Ainda na esteira da distinção entre sentido e referência, podemos compreender que “Edson Arantes do Nascimento” e “Pelé” e que “Manuel dos Santos” e “Garrincha” possuem cada qual um único referente, mas produzem sentidos históricos e culturais bastante distintos. Lyons também menciona determinadas restrições no desempenho da nomenclatura performativa, por meio da qual em muitas sociedades está reservado a alguns sujeitos o direito de nomear alguém e de performativamente fazê-lo portador de uma identidade e/ou de certa condição social num rito de passagem. Isso parece valer tanto para os nomes de família, atribuídos em circunstâncias formais e altamente ritualizadas, quanto para os apelidos, diminutivos e apelativos afetuosos, conferidos em situações íntimas e cotidianas.

A partir de reflexões das ciências da linguagem sobre os nomes, alcunhas e hipocorísticos e de postulados da Análise do discurso, consideramos aqui certos fatores da história e da cultura que condicionam as denominações dos jogadores brasileiros de futebol e determinadas interpretações acerca dessas denominações, inscrevendo-as em discursos que sustentam a idéia segundo a qual há uma maneira especificamente brasileira de nomear e/ou apelidar seus jogadores. Com vistas a empreender tal tarefa, compusemos um *corpus* constituído por crônicas, entrevistas e ensaios, cuja interpretação indica, inicialmente, ao menos duas formações discursivas distintas, quais sejam, a “brasilianista”, de que emergem as posições que advogam a particularidade no modo brasileiro de agir, pensar e falar, e a “colonial”, da qual advêm os argumentos de que a suposta exclusividade de atributos brasileiros no exercício de determinadas práticas é “visão romântica” e produto histórico de conjunturas específicas, tal como o final do século XIX e as primeiras décadas do século seguinte (LOVISOLO E SOARES, 2003). Não se trata aqui de indicar uma segmentação estanque, mas de sugerir relações interdiscursivas constitutivas dessas duas formações, no interior das quais as mesmas palavras, expressões e enunciados produzem efeitos de sentido distintos: numa e noutra, a “miscigenação”, a “ginga”, os dribles e os nomes não serão concebidos do mesmo modo. Enquanto o discurso “brasilianista” tende a naturalizá-los, concebendo-os como expressão exclusiva do gênio nacional, o discurso “colonial” confronta e relativiza essa posição, atribuindo uma dimensão histórica e imaginária aos exageros essencialistas.

No funcionamento desses discursos, se, por um lado, há um constante diálogo entre essas duas formações discursivas, não há, por outro, no que concerne em particular às denominações dos jogadores brasileiros, enunciados oriundos do que chamamos aqui de discurso “colonial”. Ou seja, não há enunciados que recusem a existência de uma maneira

brasileira de nomear seus jogadores. Quais são as razões e os sentidos desse silêncio? Talvez aqueles que infirmam a idiossincrasia do estilo brasileiro de jogar futebol não tenham se atentado para esse aspecto ou sobre ele não tenham argumentos para sustentar sua posição. Ademais, o que há certamente é a incorporação de certos dizeres provenientes do discurso colonial, a partir dos quais se afirma e se denuncia hoje uma nova faceta do “complexo de vira-latas” (RODRIGUES [1958] 2007: 387), caracterizada pela atual tendência na atribuição de nomes próprios dos jogadores provenientes da “metrópole” globalizada, no intuito de tentar superá-la por meio de um retorno ao modo brasileiro de fazê-lo.

Discursos sobre os nomes

Em 2006, numa entrevista concedida à Revista *Língua Portuguesa*, Juca Kfourri oscila entre a contestação da ideia de que o Brasil é o país do futebol e certa anuência relativa da miscigenação como fator explicativo para a profusão de craques brasileiros, que em seus dribles carregariam uma idiossincrasia nacional. A despeito de sua postura crítica, que recusa outorgar exclusivamente ao Brasil a paixão pelo ludopédio, quando perguntado sobre a especificidade do modo brasileiro de nomear os jogadores de futebol, Kfourri não hesita em confirmar sua existência e em relacioná-la com a criatividade nacional sob a forma do drible:

Língua Portuguesa: Apesar dessa crítica do Graciliano, o brasileiro nunca se relacionou com o futebol de forma a simplesmente replicar o modelo que vinha de fora. Mesmo em procedimentos como a adoção do primeiro nome ou do apelido, algo que só tem aqui.

Juca Kfourri: É verdade, em regra é só o sobrenome. Nunca é o nome, aqui é o nome. Na camisa está escrito Beckenbauer, não está escrito Pelé. [...] O Jair da Rosa Pinto era Jair. É isso mesmo, em regra a gente chama pelo primeiro nome. [...] O Gilberto Freyre é que sabe tratar disso, da nossa capacidade de modificar as coisas, de transformar, de improvisar, de fazer do nosso jeito. [...] Acho que o futebol brasileiro tem muito dessa característica, de fato. Nenhum futebol do mundo tem o drible que o brasileiro tem. (2006: 36)

Na mesma edição de *Língua Portuguesa*, José Roberto Torero (2006), em tom leve e jocoso, alude à tese da relação necessária entre as palavras e as coisas para referir-se à motivação cultural a partir da qual se daria a atribuição dos nomes para alguns atores do futebol: os goleadores indicariam a molecagem e rapidez já em seus nomes de duas sílabas (Pelé, Zico, Leco, Dadá, Vavá, Dodô etc.); já os nomes compostos dos defensores conotariam seriedade (Mauro Galvão, Wilson Gottardo, Ricardo Rocha, Luís Pereira etc.) e os árbitros imporiam o devido respeito por meio de seus três nomes (José de Assis Aragão, Arnaldo César Coelho, José Roberto Wright etc.). Na sequência, Torero comenta nossa predileção pelo afixo “-inho” (cf. também TORERO 1999), afirmando que os diminutivos formados por esse sufixo revelam o afeto e a intimidade da torcida para com os jogadores: “Tanto quanto a bandeira nacional, a feijoada, o samba ou o drible, o ‘-inho’ é uma marca de brasilidade” (2006: 47). Após expor essa ideia, o artigo de Torero encerra-se com uma nítida mudança de tom, de modo que a leveza e a graça são substituídas pela denúncia:

Mas isso está mudando. Os “-inhos” estão em extinção. Temos ainda um Robinho e dois Ronaldinhos, mas parece que dirigentes e empresários não gostam que seus contratados tenham nomes no diminutivo. Isso desvaloriza sua mercadoria e, assim, para dar uma impressão de maior profissionalismo, vão surgindo os Alex Alves, os Wellington Amorim, os Rafael Moura e os Rodrigo Tabata. Saem os “-inhos”, entram os sobrenomes. (TORERO, 2006: 47)

Essa metamorfose na maneira brasileira de nomear seus jogadores seria referida novamente por Torero dois anos depois. Após mencionar, uma vez mais, nossa característica antropofagia lingüística que transformou *corner*, *goal-keeper*, *center-forward* em escanteio, goleiro e centroavante, o colunista relaciona vários nomes estrangeiros de jogadores brasileiros:

Tudo isso é fichinha se pensarmos nos jogadores que têm nomes começados em dáblui. O duplo vê, que foi abolido da língua pátria com o K (que sempre me pareceu um cara pronto para lutar caratê) e o Y (um elegante cálice), foi resgatado pelo povo e hoje pode ser visto aos montes pelos campos do Brasil. Com adaptatations, poderíamos fazer um time só com atletas cujos nomes comecem com W. A saber: Wilson (Figueirense); Williams (Vitória), William Magrão (Grêmio), William (Ipatinga) e Wellington (Náutico); Wallyson (Coritiba), Wellington Amorim (Figueirense), Wesley (Santos) e Wellington Paulista (Botafogo);

Washington (Fluminense) e Weldon (Cruzeiro). O patrocínio, é claro, seria da W/Brasil. (TORERO, 2008: 3)

para, em seguida, delatar um nosso comodismo colonial:

Não quero que pensem que sou xenófobo, alguém que não aceita as palavras estrangeiras. Não sou *crazy* assim. Sei que culturas se misturam, e palavras vão para lá e para cá feito imigrantes ilegais. Mas há que se apropriar delas, e não o contrário. [...] Temos que pegar as palavras estrangeiras, temperá-las com dendê, coentro, pequi e, aí sim, engoli-las. Há que fazer como *abat-jour*, que virou o simpático e brasileiro abajur. (TORERO, 2008: 3)

Ao finalizar sua coluna, o cronista afirma que a criatividade brasileira timidamente se apresenta nos nomes de Keirrison, Richarlyson e Uendel, uma vez que os dois primeiros não teriam similar estrangeiro, sendo, antes, típicas criações antropofágicas tupiniquins, e que o último teria substituído o exotismo do “w” pela familiaridade nacional do “u”.

Mesmo fora dos domínios da crônica esportiva, o fenômeno da descaracterização de uma maneira brasileira de nomear os jogadores de futebol já foi objeto de discussão. Roberto Pompeu de Toledo (2009) espirituosamente apresenta e opõe uma seleção composta de jogadores brasileiros cujos nomes terminam em “son” a uma outra na qual os nomes dos selecionados acabam em “ton”; sustenta que já houve uma especificidade brasileira na atribuição dos nomes dos jogadores [“Tempos atrás, mais característicos eram os apelidos de duas sílabas, Pelé, Didi, Dida, Pepe, Telê, alegres e infantis” (TOLEDO, 2009: 157)]; denuncia e lamenta a perda dessa identidade na prática de nomear e apresenta alguns motivos para sua ocorrência. O colunista de *Veja* afirma que o futebol, não sendo um universo fechado, reflete o que ocorre nas camadas mais populares da sociedade brasileira, que, de modo geral, tem aderido aos nomes em “son” e em “ton” motivados por um “gosto da invenção” e por uma “queda pelo estrangeirismo”. Ainda segundo Pompeu de Toledo, o que acontece é uma recusa do “ão”, em proveito do “on” exótico e estrangeiro, que implica rejeição da língua nacional: “Fugir do ‘ão’, como se faz, mesmo inconscientemente, quando se opta pelo “on”, é negar a língua portuguesa”. Em suma, o que se passa seria um fenômeno

de classe, no qual, por meio da criatividade popular e por sua inclinação ao estrangeiro, os pais tentariam prover seus filhos de personalidade forte e única:

“Não, ele não haverá de ser um zé qualquer, nem um João-ninguém”. A prova definitiva de que se trata de um fenômeno de classe estaria na tendência exatamente oposta nas “classes altas”, em que, de acordo com o colunista, “reinam os Josés e os Joões, Antônio e Franciscos, como fazia décadas não se via”. (TOLEDO, 2009: 157)

Em síntese, o que há de comum entre Kfourri, Torero e Pompeu de Toledo? Há certo consenso sobre a existência, no passado, de um modo brasileiro de nomear seus jogadores de futebol: “(...) aqui é o nome. Na camisa está escrito Beckenbauer, não está escrito Pelé. (...) O Jair da Rosa Pinto era Jair. É isso mesmo, em regra a gente chama pelo primeiro nome” (KFOURI, 2006: 38); “Tanto quanto a bandeira nacional, a feijoada, o samba ou o drible, o ‘-inho’ é uma marca de brasilidade” (TORERO, 2006: 47); “Tempos atrás, mais característicos eram os apelidos de duas sílabas, Pelé, Didi, Dida, Pepe, Telê, alegres e infantis” (TOLEDO, 2009: 157). Entre os dois últimos, há ainda afinidades quanto ao alegado gosto pelo estrangeiro, que deturpa um traço de nossa identidade nacional. Tratar-se ia de um negócio de mercado, para um, e de um fenômeno de classe, para outro.

Algumas funções e razões dos nomes

Identificados certos traços de um discurso da imprensa sobre os nomes dos jogadores de futebol no Brasil, cabe-nos por ora perguntar: quais são as razões pelas quais se atribui um nome próprio e quais são suas funções? Ao tentar levantar algumas respostas para essas questões, a partir de postulados das ciências da linguagem, pretendemos cotejá-las com aquelas aduzidas por esse discurso da imprensa nacional, no intuito de melhor compreender particularidades e metamorfoses na nomeação dos jogadores do futebol brasileiro.

Embora em algumas sociedades os nomes próprios possam classificar os seres nomeados e representar algumas de suas propriedades, conforme demonstraram vários

estudos etnográficos (cf. ZONABEND, 1980), na cultura brasileira o sistema onomástico cumpre predominantemente as funções de referência e de interpelação: valendo-nos dos nomes e dos apelidos das pessoas, podemos essencialmente falar delas a outrem ou dirigir-lhes diretamente a fala. No primeiro caso, os antropônimos são um “ele” que potencialmente podem ou não tornar-se um “tu” e sua natureza é referencial; no segundo, o nome designa e invoca o interlocutor, cumprindo uma função interpelativa. Para Granger, o ato de interpelar consiste justamente no caráter mais fundamental dos nomes próprios de pessoas: ele realiza-se plenamente “lorsque l’interpellation est effective et que l’on parle à l’individu” (1982: 31). Assim, a dimensão semântica do signo importaria pouco face ao valor de que se investe o antropônimo no nível pragmático. No futebol, se a interpelação existe, a referência é bem mais constante.

Nesse universo dos nomes e apelidos dos jogadores brasileiros, notamos ainda que tanto a referência quanto a interpelação parecem modificar-se, quando da passagem da maneira antiga de nomeação (pelos apelidos, hipocorísticos, prenomes etc.) para o modo mais recente de fazê-lo (por meio de nomes estrangeiros e compostos de prenome e sobrenome). Talvez seja justamente por não ser sua principal função carregar e veicular uma significação classificatória “literal” que nomes e apelidos tornam-se mais suscetíveis de agregar sentidos simbólicos e afetivos, próprios de um estilo cultural de nomeação e de relação interpessoal. É consenso nos estudos do discurso que fatores históricos, sociais e culturais condicionam o modo de se dirigir ao outro, que, por seu turno, se produz vislumbrando os efeitos que se espera provocar no interlocutor e pela imagem que se espera produzir de si mesmo. Nos campos de futebol, como noutros espaços públicos, o “homem cordial” faz do outro um seu íntimo e familiar mediante o modo como emprega seu nome ou apelido: como diz Wisnik, essa maneira de nomear “esconde o sobrenome do pai como símbolo da identidade pública e

instaura uma identidade infantilizada em que prevalece não a transmissão do modelo vertical de autoridade e da hierarquia, mas o laço horizontalizado e lúdico” (2008: 365).

O universo das celebridades e a globalização seriam os responsáveis pela perda desse modo de tratamento que é um dos “traços de estilo que marcam a singularidade de uma cultura, algo como um *étimo espiritual* carregando com ele um mundo de implicações socioculturais” (2008: 365). Tratar-se-ia aqui de uma marca indelével do “homem cordial”, sujeito tipicamente “avesso ao ritualismo social, desejoso de intimidade em toda relação interpessoal”, e cuja inclinação é substituir “rapidamente a reverência pela familiaridade, numa expansão que tende aos aspectos periféricos e facilitadores da vida coletiva” (WISNIK, 2008: 366). Ainda segundo Wisnik, enquanto o estrelato midiático teria feito surgir Roberto Carlos, Odivã, Allan Delon etc., a globalização teria afastado os ídolos da bola de seu convívio íntimo e pessoal com os brasileiros, inviabilizando os apelidos, diminutivos e hipocorísticos e tendo feito proliferar os nomes iniciados em “W” e terminados em “son”.

Se, por um lado, os antropônimos desempenham a função de identificar e de individualizar alguém (BENVENISTE, [1965] 1989: 204), por outro, cumprem um decisivo papel de integração social. Eis aqui um aparente paradoxo do nome próprio: ele individualiza e socializa o sujeito. Receber e carregar um nome consigo é condição *sine qua non* para uma existência social, na qual o sujeito é referido e interpelado com matizes afetivos diversos. Ademais, a composição de um nome próprio de pessoa e/ou de um apelido não é o simples resultado de uma escolha arbitrária e de uma operação morfológica, mas é também o eco de vozes que precedem e controlam esse processo, conforme os seguintes enunciados, ditos populares e versos de canção: “o menino tem que ter o nome do pai”, “o nome do filho(a) tem que ter um pedaço do nome do pai e da mãe”, “o menino tem que ter nome de gente importante”, “a criança tem que ter nome brasileiro/bíblico/de pensador da Grécia/Roma

antiga”; “meu filho vai ter/nome de santo/quero o nome mais bonito”. Há, portanto, determinações históricas, sociais e culturais na atribuição dos nomes e apelidos, vislumbrando sua condição de sujeito singular e sua integração e valorização social. Assim, a atribuição dos nomes pessoais é “avant tout, un acte de socialisation; elle s'accompagne d'une cérémonie ou d'un ensemble de rituels, variables selon les sociétés et les cultures, qui consacrent l'intégration de l'individu au groupe.” (BROMBERGER, 1982: 111).

Outro paradoxo parece estar contido na posição de Pompeu de Toledo, ao afirmar as razões pelas quais se atribuem nomes estrangeiros aos jogadores de futebol ou, mais genericamente, aos meninos das classes pobres, quais sejam, o exercício de invenção e a queda pelo estrangeirismo, de um lado, e a pertença a uma classe social, de outro. O nome é produto de criatividade morfológica e liberdade absoluta ou segue normas estritas em sua elaboração e atribuição? Com efeito, nas sociedades ocidentais contemporâneas parece não haver nem um código preestabelecido, que prescreva rigidamente a definição dos nomes, nem tampouco um horizonte absolutamente aberto às intenções individuais. Mesmo entre as sociedades nas quais a atribuição de nome pessoal parece ser absolutamente livre, existem certas tendências, que, se não são propriamente normas estritas, fazem dos nomes indicadores de idade, sexo e geração, por exemplo. Contudo, conforme já sublinhamos, os nomes e apelidos não só classificam, eles também funcionam em sua condição de símbolos que ecoam um conjunto de crenças, valores e convicções.

Dos vários fatores históricos, sociais e culturais que condicionam a atribuição dos nomes pessoais, parecem predominar entre segmentos menos favorecidos da sociedade brasileira uma estética e uma economia dos nomes. Na primeira, os nomes são escolhidos ou compostos por sua sonoridade mais ou menos exótica, por sua harmonia e singeleza e/ou por sua força ou suavidade. Entre os preferidos estão os anglo-saxões ou aqueles que carregam

algum elemento fonético ou morfológico da língua inglesa. Ao encontro dessa dimensão estética segue a economia dos nomes próprios, a partir da qual se atribui um nome, imaginando a existência de propriedades virtuosas naquele que será seu portador e/ou projetando em seu nome o futuro próspero que será o seu. Com vistas a considerarmos esses dois universos, trataremos inicialmente de certa dinâmica temporal nessa economia nominal e, em seguida, comentaremos um aspecto dessa estética onomástica.

Conforme sugere Pompeu de Toledo (2009: 157), em sua coluna, há certos contrastes entre classes e nomes: parece que a tendência é a de que classes menos favorecidas socioeconômica e culturalmente, das quais deriva a maioria dos jogadores do futebol brasileiro, valham-se de nomes estrangeiros ou que soem como tal contrapostos a sobrenomes comuns (Washington da Silva, Jonathan Pereira), enquanto segmentos mais abastados parecem optar preferencialmente pelo peso da tradição de seus sobrenomes precedidos por nomes tipicamente nacionais (João Paulo Diniz, André Matarazzo): tudo se passa como se, por um lado, os nomes dos primeiros quisessem ignorar o passado desvalido inscrito em seus sobrenomes, projetando um futuro melhor e mais próspero na sonoridade estrangeira dos nomes à inglesa e, por outro, como se os sobrenomes dos segundos voltassem-se para a tradição do passado como garantia de um futuro que continuará a lhes ser magnânimo. Opõem-se nos nomes então a promessa de uma diferença no porvir que rompe com o passado e a garantia de uma identidade no futuro que perpetua o sucesso. A equação parece simples: quanto mais comum o sobrenome e menor a condição socioeconômica, mais americanizado e até esdrúxulo tende a ser o nome e a recíproca é verdadeira... No que concerne aos nomes compostos por nome e sobrenome dos jogadores do futebol brasileiro, não se trata de ecoar e perpetuar uma tradição, mas de individualizar e profissionalizar os sujeitos designados, conforme se pode observar emblematicamente no caso de Dentinho, do Corinthians, a quem o

empresário queria impingir o nome de Bruno Bonfim, quando de sua passagem dos juniores aos profissionais e no de vários ex-jogadores que, ao tornarem-se técnicos, incorporam aos seus prenomes um sobrenome. Para nossos cronistas, eis aqui um dos signos da potência da globalização e da degeneração de nossa identidade nacional.

Ora, o estrangeiro fascina eternamente quem parece ainda não ter perdido a síndrome de colônia. O prestígio da língua estrangeira entre nós é uma das “raízes do Brasil” (Holanda [1936] 1995: 164-165), de modo que constatamos facilmente por aqui a oposição entre a “palavra nativa”, ordinária e familiar, e a “palavra estrangeira” (BAKHTIN [1929] 1981: 100-101), portadora de saber e poder. Em consonância com o desejo de inclusão social, a opção pelos nomes americanizados representa o gosto pelo estrangeiro, a beleza da diferença concebida como superioridade, e reproduz um imaginário segundo o qual o sucesso pode ser alcançado pelas vias mais rápidas: pela “aventura” e não pelo “trabalho” (HOLANDA [1936] 1995). Os “estrangeirismos” estão, de fato, cada vez mais presentes entre os nomes dos jogadores do futebol brasileiro e supostamente põem em risco, senão a unidade lingüística do Brasil, ao menos uma sua particularidade cultural. Por essa razão, os nomes dos jogadores de futebol compreendem e suscitam discursos sobre a identidade individual dos atletas e sobre a identidade nacional brasileira.

As questões em torno dos nomes em campo articulam a língua à sociedade e a seus valores culturais. Os empréstimos e as criações são muitos efetivamente; em princípio, são desnecessários e frequentemente refletem o “mau gosto”, de uns, e o “bom gosto”, de outros. Aqui, como alhures, necessidade e desejo separam-se: esses empréstimos são necessários? Certamente, não; mas são desejados pelas famílias pobres que neles projetam uma vida promissora para seus filhos. Ameaçam a identidade brasileira? Cremos que não, tal como se deu com outros tantos empréstimos, que não fizeram nem a língua nem a identidade nacional

degenerarem-se efetivamente no decurso dos séculos de nossa existência. Isso não implica, no entanto, desconsiderar a ocasião de significativas transformações.

Decerto, há o poder do capital globalizado, de um lado, mas, de outro, há a força do mais fraco. A observação e a experiência mostram que cada cultura apenas experimenta, absorve, assimila e/ou reproduz dos legados de outras tradições de pensamento aquilo que se ajusta e se ajeita a seus próprios modos de pensar e agir. Consumimos antropofagicamente a língua e a cultura do outro. Quanto ao domínio estritamente lingüístico, devemos dizer que os estrangeirismos adaptam-se à força do sistema fonológico do português brasileiro e às variações de seus elementos prosódicos. Não se trata aqui de aderir ingênuo e completamente ao mito da mistura e da miscigenação, mas de considerar o funcionamento das línguas e dos contatos lingüísticos e dos hibridismos que daí decorrem. Já vimos as práticas e as ideias exógenas se transformarem ao se combinarem com nossas ações e pensamentos. Algumas delas tornaram-se aqui tão distintas das originais e tão familiares aos brasileiros que as frequentemente concebemos como nossas: o carnaval e o futebol vieram de alhures, mas tornaram-se imaginário nacional expressões autênticas da criatividade de nosso espírito brasileiro.

A respeito disso, a vida brasileira nos oferece muitos exemplos: inicialmente, a língua portuguesa que por aqui se transformou e cujo uso é bem menos afeito à polidez pública que à cordialidade privada; e, em seguida, o próprio futebol, que era uma prosa pura, branca, linear e britânica, quando chegou ao Brasil, e que por aqui se tornou poesia mestiça e imprevisível (conforme PASOLINI *apud* WISNIK 2008) com o passar do tempo. A metamorfose pela qual passa a atribuição dos nomes dos seus jogadores não degenerará a língua ou a identidade nacional, mas é, sem dúvida, um aspecto da crença no futebol como rápida e fácil “aventura” de ascensão social (ontem semelhante e diferentemente de hoje) e um índice de consideráveis

mutações. A despeito de essa metamorfose não ser um fenômeno responsável pela desconstrução da língua ou da identidade brasileira, podemos afirmar que a morfologia dos nomes e dos apelidos apresenta-se como uma marca das condições e das transformações históricas, sociais e culturais de nossa sociedade.

A tarefa de uma reflexão lingüística, que não descarta das dimensões histórica e antropológica, deve ser a busca pela identificação no interior de uma sociedade das regras de atribuição dos nomes próprios, dos princípios segundo os quais ela classifica indivíduos iguais e diferentes (por gênero, geração, localidade etc.), das leis que regem o sistema de nomeação e das propriedades sociais, que sugerem ou desaconselham o uso de determinados nomes em dados contextos. Concebidos a partir da complexidade de suas razões e funções, os antropônimos tornam-se material extremamente fecundo para análises e reflexões dessa natureza. O sistema onomástico aparece, assim, como uma chave interpretativa da sociedade e da cultura, das quais ele próprio é constituinte: ao mesmo tempo, ele é um sistema classificatório, cujo estudo permite apreender princípios segundo os quais uma coletividade agrupa e distingue seus indivíduos, e um sistema simbólico, cuja análise pode revelar crenças e valores sobre as identidades individuais e coletivas de um grupo.

Com vistas a finalizar nossa reflexão, gostaríamos de discorrer muito brevemente sobre os apelidos. Com efeito, eles não são o último e absoluto reduto da liberdade criativa, visto que sua atribuição não é realizada indistintamente por qualquer sujeito, não se aplica a qualquer indivíduo nem tampouco pode ser utilizado em qualquer contexto: “les sobriquets individuels sont réservés, en général, aux hommes et leur usage est subordonné à un ensemble de règles strictes: on ne les emploie ni devant un étranger à la collectivité ni en dehors du cadre communautaire” (BROMBERGER, 1982: 108). Contudo, apesar dos controles, parece haver margem na composição e distribuição dos apelidos para certa criatividade pueril. Isso

ocorria frequentemente com aquele que carregou consigo um dos mais célebres apelidos do futebol brasileiro, ou seja, Garrincha.

Ruy Castro, ao falar do jogador profissional “mais amador que o futebol poderia produzir”, menciona essa faceta do craque do Botafogo: “Sua própria figura, sempre de chinelo e com as calças ou bermudas caídas, à Cantinflas, era cômica. E os apelidos que distribuía eram mortais.” (CASTRO, 1995: 77). Eles foram muitos, designavam e interpelavam desde amigos íntimos até desafetos: Pincel, Swing, Orelhinha, Lagarto do brejo, Crioulo, Cabide, entre outros. Em Garrincha, a alma límpida e leve de passarinho, tal como sugere seu próprio codinome, casava-se perfeitamente bem com o futebol lúdico e selvagem e com o hábito traquina de apelidar aqueles que o cercavam. Garrincha parecia bem conhecer a força dos nomes, parecia saber que o nome do herói constrói a verdade de seu destino. No começo da carreira, depois de ter sido chamado por vários nomes, em cuja diversidade via talvez ameaçada sua própria identidade, não hesitou em decretar: “Meu nome é Manuel e meu apelido é Garrincha” (Castro 1995: 62). Enfim, nessa sua frase ele parecia ecoar as seguintes palavras daquele craque da língua, Nelson Rodrigues, que o chamava de “a alegria do povo”: “Com efeito, nenhum craque usa o nome por extenso” ([1958] 2007: 418).

Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. [1929] 1981. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- BENVENISTE, Emile. 1965. “O antônimo e o pronome em francês moderno”. In: BENVENISTE, Emile. 1989. *Problemas de lingüística geral*. Vol. II. Campinas: Pontes: 201-219.
- BROMBERGER, Christian. 1982. “Pour une analyse anthropologique des noms des personnes”. In: *Langages*, n. 66: 103-124.
- CASTRO, Ruy. 1995. *Estrela solitária: um brasileiro chamado Garrincha*. São Paulo: Cia. das Letras.
- GAMBARARA, Daniele. 1989. “L’origine des noms et du langage dans la Grèce ancienne”. In: AUROUX, S. (org.). *Histoire des idées linguistiques*. Tomo I. Bruxelas: Pierre Mardaga: 79-97.

- GRANGER, Gilles Gaston. 1982. “À quoi servent les noms propres? ”. *Langages*, n. 66: 21-36.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. [1936] 1995. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras.
- KFOURI, Juca. 2006. “Sem essa de país do futebol”. *Língua Portuguesa*. “Futebol & Linguagem”, vol. 1: 34-39.
- LYONS, John. [1977] 1980. *Semântica*. Porto: Presença.
- LOVISOLO, Hugo Rodolfo.; SOARES, Antonio Jorge. 2003. “Futebol: a construção histórica do estilo nacional”. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. vol. 25, n. 1: 129-143.
- RODRIGUES, Nelson. [1957-58] 2007. *O berro impresso das manchetes*. Rio de Janeiro: Agir.
- TOLEDO, Roberto Pompeu de. 2009. “Geração ‘on’”. *Veja*, edição 2101.
- TORERO, José Roberto. 1999. “Um textinho sobre os ‘-inhos’”. *Folha de São Paulo, Esporte*: 4.
- TORERO, José Roberto. 2006. “Dize-me teu nome e eu te direi quem tu és”, *Língua Portuguesa*, vol. 1: 46-47.
- TORERO, José Roberto. 2008. “O ‘W’ da questão”. *Folha de São Paulo, Esporte*: 6.
- WISNIK, José Miguel. 2008. *Remédio Veneno: o futebol e o Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras.
- ZONABEND, François. 1980. “Le nom de personne”. *L’Homme*. Revue Française de Anthropologie. n. 4, vol. 20: 7-23.